

CONSULTA PÚBLICA

Planejamento Estratégico

2021-2026

Resultado da Consulta Pública no âmbito do TJAL sobre a missão, visão, valores institucionais, oportunidades, ameaças, pontos fortes e pontos fracos do Poder Judiciário de Alagoas



 ASSESSORIA DE PLANEJAMENTO E
MODERNIZAÇÃO DO PODER JUDICIÁRIO



PODER,
JUDICIÁRIO
DE ALAGOAS



COMPOSIÇÃO

Desembargador TUTMÉS AIRAN DE ALBUQUERQUE MELO
PRESIDENTE

Desembargador SEBASTIÃO COSTA FILHO
VICE-PRESIDENTE

Desembargador FERNANDO TOURINHO DE OMENA SOUZA
CORREGEDOR-GERAL DA JUSTIÇA

Desembargador WASHINGTON LUIZ DAMASCENO FREITAS

Desembargadora ELISABETH CARVALHO NASCIMENTO

Desembargador JOSÉ CARLOS MALTA MARQUES

Desembargador PEDRO AUGUSTO MENDONÇA DE ARAÚJO

Desembargador OTÁVIO LEÃO PRAXEDES

Desembargador ALCIDES GUSMÃO DA SILVA

Desembargador KLEVER RÊGO LOUREIRO

Desembargador PAULO BARROS DA SILVA LIMA

Desembargador FÁBIO JOSÉ BITTENCOURT ARAÚJO

Desembargador JOÃO LUIZ AZEVEDO LESSA

Desembargador DOMINGOS DE ARAÚJO LIMA NETO

Desembargador CELYRIO ADAMASTOR TENÓRIO ACCIOLY

JUÍZES AUXILIARES DA PRESIDÊNCIA

ALEXANDRE LENINE DE JESUS PEREIRA

MANOEL CAVALCANTE DE LIMA NETO

YGOR VIEIRA FIGUEIRÊDO



Assessoria de Planejamento e Modernização do Poder Judiciário - APMP

Clóvis Gomes da Silva Correia

Assessor - Chefe da APMP

Planejamento, Processos de Trabalho e Normatização:

Catalina Velásquez de Oliveira - Coordenadora de Gestão de Processos

Guilherme Rossilho - Analista Judiciário – Apoio Especializado Economia

Divisão de Gerenciamento de Projetos:

Alexandre de Caiado Castro Moraes - Coordenador da DIGEP

Divisão de Estatísticas:

Amós Henrique Alves de Araújo - Analista Judiciário - Apoio Especializado Administração

Inara Francoyse de Souza Pereira – Analista Judiciária – Apoio Especializado Estatística

Sérgio Walney Mendes Martins - Assessor da APMP

Estagiários

Arlanicson Pedro Santos Nobre – Administração

José Alves de Araújo Neto – Economia

Yasminne Valéria Almeida Cavalcante – Administração

Endereço:

Tribunal de Justiça de Alagoas

Praça Marechal Deodoro, 319 - Centro.

Telefone: (82) 4009-3197/3222/3412

CEP.: 57.020-919, Maceó-AL

Home Page: <http://www.tjal.jus.br/APMP-TJAL/>

LISTA DE QUADROS E FIGURAS

Quadro 1 – Quantitativo de respondentes.....	6
Quadro 2 – Opinião a respeito da missão atual do Poder Judiciário alagoano.....	7
Quadro 3 – Opinião a respeito da visão do Poder Judiciário alagoano para 2021-2026.....	8
Quadro 4 – Opinião sobre valores institucionais atuais do Poder Judiciário alagoano.....	9
Quadro 5 – Opinião sobre os possíveis cenários para os próximos anos.....	11
Quadro 6 – Opinião sobre oportunidades e ameaças para o Poder Judiciário alagoano.....	13
Quadro 7 – Opinião sobre os pontos fortes e pontos fracos do Poder Judiciário alagoano.....	15



TRIBUNAL DE JUSTIÇA

ASSESSORIA DE PLANEJAMENTO E MODERNIZAÇÃO DO PODER JUDICIÁRIO – APMP

1 - INFORMAÇÕES GERAIS SOBRE O PROCESSO PARTICIPATIVO REALIZADO.

Trata-se de relatório do processo participativo para a formulação do Planejamento Estratégico 2021-2026 do Poder Judiciário do Estado de Alagoas, realizado entre os dias 13 a 24 de julho 2020.

Neste trabalho inicial foi solicitado aos magistrados e servidores do Poder Judiciário de Alagoas, por meio de ofício enviado por comunicação interna (Intrajus), que opinassem a respeito da missão, visão de futuro, valores institucionais, cenários desejados, oportunidades, ameaças, pontos fracos e pontos fortes.

A iniciativa atende ao disposto na Resolução CNJ nº 221, de 10 de maio de 2016, que institui princípios de gestão participativa e democrática na elaboração das metas nacionais do Poder Judiciário e das políticas judiciárias do Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

2 - QUANTITATIVO E PERFIL GERAL DOS PARTICIPANTES.

A pesquisa foi respondida por 312 interessados. Neste primeiro estudo foi enviado ofício contendo o endereço eletrônico da pesquisa apenas para magistrados e servidores do Poder Judiciário de Alagoas. O que se pediu inicialmente foi que os respondentes indicassem o seu cargo:

Qual seu cargo?

Magistrado.

Servidor - área de apoio indireto (administrativo).

Servidor - Juizados Especiais.

Servidor - Turmas Recursais.

Servidor - 1º grau (Varas).

Servidor - 2º grau.

O Quadro 1 indica que o maior grupo de respondentes foi de servidores do 1º grau, quase 60%, e o menor grupo, representado por apenas 3, cerca de 1% da amostra, foi o de servidores das turmas recursais. Foram 26 magistrados que responderam ao questionário, um quantitativo significativo, que representou um pouco mais de 8% das respostas.

Quadro 1 – Quantitativo de respondentes.

	F. absoluta	F. relativa
Magistrado	26	8,3%
Servidor - área de apoio indireto (administrativo)	27	8,7%
Servidor - Juizados Especiais	21	6,7%
Servidor - Turmas Recursais	3	1%
Servidor 1º grau	185	59,3%
Servidor 2º grau	50	16%
Total	312	100%

3 – OPINIÕES SOBRE A MISSÃO, VISÃO DE FUTURO, VALORES INSTITUCIONAIS, CENÁRIOS DESEJADOS, OPORTUNIDADES, AMEAÇAS, PONTOS FORTES E PONTOS FRACOS DO PODER JUDICIÁRIO DE ALAGOAS

Iniciando-se os questionamentos sobre o Planejamento Estratégico 2021-2026, foi solicitado aos pesquisados que opinassem a respeito da missão do Poder Judiciário de Alagoas:

“Contribuir para ordem social por meio da prestação de serviços jurisdicionais acessíveis, rápidos e efetivos” é a missão atual do Poder Judiciário alagoano.

Concordo totalmente com a missão atual e acredito que deva ser mantida no Plano Estratégico 2021-2026.

Concordo parcialmente.

Não concordo.

Prefiro não opinar.

Conforme se observa no Quadro 2, a grande maioria, mais de 90%, concordou totalmente com a missão já estabelecida pelo TJAL e entendeu que esta deveria ser mantida no Plano Estratégico 2021-2026. Apenas uma pessoa não concordou.

Quadro 2 – Opinião a respeito da missão atual do Poder Judiciário alagoano.

	F. absoluta	F. relativa
Concordo totalmente com a missão atual e acredito que deva ser mantida no Plano Estratégico 2021-2026.	285	91,3%
Concordo parcialmente.	19	6,1%
Não Concordo.	1	0,3%
Prefiro não opinar.	7	2,2%
Total	312	100%

No intuito de se obter sugestões a respeito da missão do Poder Judiciário alagoano, foi aberto espaço para os respondentes:

Caso deseje, sugira alterações para a missão do Poder Judiciário alagoano.

Também, foi questionado sobre a concordância da visão para o sexênio 2021-26:

"Até 2026, ser reconhecido pela sociedade como uma Justiça célere e efetiva, fundamentada nos valores institucionais e estar entre os melhores tribunais estaduais de porte semelhante na prestação jurisdicional" é a visão de futuro sugerida para 2021-2026.

Concordo totalmente com a visão de futuro do Poder Judiciário de Alagoas.

Concordo Parcialmente.

Não Concordo.

Prefiro não opinar.

O Quadro 3 apresenta as respostas sobre a visão de futuro, e o que fica claro é que, de modo geral, houve a aprovação de visão proposta para o período de 2021-2026, conforme se verifica com o assentimento de 282 investigados, que representaram mais de

90% da amostra. Apenas 1 pesquisado não concordou, e outros 26 concordaram parcialmente.

Quadro 3 – Opinião a respeito da visão do Poder Judiciário alagoano para 2021-2026.

	F. absoluta	F. relativa
Concordo totalmente com a visão de futuro do Poder Judiciário de Alagoas	282	90,4%
Concordo Parcialmente	26	8,3%
Não Concordo	1	0,3%
Prefiro não opinar	3	1%
Total	312	100%

No intuito de se obter críticas sobre a visão do Poder Judiciário alagoano, foi aberto espaço para os respondentes:

Caso deseje, sugira alterações para a visão do Poder Judiciário alagoano para 2021-2026.

O próximo questionamento foi a respeito dos valores institucionais:

"Humanização, probidade, ética, inovação, efetividade, eficácia, acessibilidade, transparência, imparcialidade, celeridade e responsabilidade social e ambiental" são os valores institucionais atuais do Poder Judiciário.

Concordo totalmente com os valores totalmente com os valores institucionais e não gostaria de alterá-los.

Concordo Parcialmente

Não Concordo

Prefiro não opinar

O Quadro 4 indica que a relação dos atuais valores institucionais do Poder Judiciário alagoano obteve a aprovação de mais de 90% dos participantes, somente 2 pessoas não concordaram, o que equivale a menos de 1% da amostra.

Quadro 4 – Opinião sobre valores institucionais atuais do Poder Judiciário alagoano.

	F. absoluta	F. relativa
Concordo totalmente com os valores institucionais e não gostaria de alterá-los	283	90,7%
Concordo parcialmente	22	7,1%
Não concordo	2	0,6%
Prefiro não opinar	5	1,6%
Total	312	100%

Ainda, para se obter outras propostas sobre os valores institucionais, foi oportunizado para os respondentes:

Caso deseje, sugira a inclusão ou exclusão de valores institucionais do Poder Judiciário de Alagoas.

Em seguida, foram apresentados vários cenários possíveis para que os respondentes assinalassem os 5 que mais representavam seus anseios:

Dentre os cenários listados abaixo, selecione os 5 que mais representam seus anseios.

Justiça mais acessível.

Desjudicialização.

Justiça Tempestiva.

Fomento e difusão dos métodos alternativos de soluções de conflitos.

Redução de custos.

Melhoria na qualidade de atendimento.

Transparência de informações.

Aumento do número de unidades judiciárias no interior de Alagoas.

Aumento do número de unidades judiciárias no interior em Maceió.
 Desativação de unidades judiciárias com quantitativo reduzido de casos novos.
 Aumento do quantitativo de Magistrados.
 Aumento quantitativo de servidores.
 Valorização profissional.
 Crescimento dos serviços prestados por meio de trabalho remoto.
 Crescimento e/ou retorno das atividades presenciais.
 Automação dos serviços jurisdicionais.
 Padronização dos serviços jurisdicionais.
 Melhoria da infraestrutura física.
 Melhoria da infraestrutura tecnológica.
 Centralização das unidades judiciárias de Maceió em um único local.
 Aumento do número de unidades atendidas pela Secretária de Processamento Unificado.
 Aumento das ações socioambientais.
 Crescimento das ações voltadas para a diminuição das desigualdades socioeconômicas.

A primeira coluna do Quadro 5 indica o cenário proposto, a segunda coluna mostra a quantidade de vezes que cada cenário foi selecionado, a terceira coluna exibe o percentual de escolha em relação ao total de participantes, e, por fim, a quarta coluna apresenta a posição em relação aos mais escolhidos.

De acordo com o resultado do Quadro 5, os dois cenários mais assinalados, “Valorização profissional” e “Crescimento dos serviços prestados por meio de trabalho remoto” foram os únicos escolhidos por de 50% dos pesquisados. Os outros 3 cenários mais elegidos foram: “Aumento do quantitativo de servidores”, “Justiça mais acessível” e “Crescimento das ações voltadas para a diminuição das desigualdades socioeconômicas.

Os dois cenários menos desejados foram: “Crescimento e/ou retorno das atividades presenciais” e “Desativação de unidades judiciárias com quantitativo reduzido de casos novos”, ficando abaixo dos 7%.

Quadro 5 – Opinião sobre os possíveis cenários para os próximos anos.

	F. absoluta	F. relativa	-
Justiça mais acessível.	96	30,8%	4º
Desjudicialização.	33	10,6%	18º
Justiça Tempestiva.	49	15,7%	13º
Fomento e difusão dos métodos alternativos de soluções de conflitos.	65	20,8%	10º
Redução de custos.	35	11,2%	17º
Melhoria na qualidade de atendimento.	67	21,5%	9º
Transparência de informações.	56	17,9%	11º
Aumento do número de unidades judiciárias no interior de Alagoas	22	7,1%	21º
Aumento do número de unidades judiciárias no interior em Maceió	28	9%	19º
Desativação de unidades judiciárias com quantitativo reduzido de casos novos.	19	6,1%	22º
Aumento do quantitativo de Magistrados.	50	16%	12º
Aumento quantitativo de servidores.	141	45,2%	3º
Valorização profissional	216	69,2%	1º
Crescimento dos serviços prestados por meio de trabalho remoto	166	53,2%	2º
Crescimento e/ou retorno das atividades presenciais	18	5,8%	23º
Automação dos serviços jurisdicionais	38	12,2%	15º

Padronização dos serviços jurisdicionais.	86	27,6%	8º
Melhoria da infraestrutura física.	89	28,5%	7º
Melhoria da infraestrutura tecnológica.	92	29,5%	6º
Centralização das unidades judiciárias de Maceió em um único local.	25	8%	20º
Aumento do número de unidades atendidas pela Secretária de Processamento Unificado	35	11,2%	16º
Aumento das ações socioambientais	42	13,5%	14º
Crescimento das ações voltadas para a diminuição das desigualdades socioeconômicas.	92	29,5%	5º

Ainda, foi possibilitado escrever sugestões de novos cenários:

Caso queira, sugira outros cenários desejados para os próximos anos que não tenham sido abordados na pergunta anterior.

Em seguida, foram listados alguns possíveis eventos para que os participantes opinassem se acreditavam que seriam ameaças, ou oportunidades ao Poder Judiciário de Alagoas, ou, ainda, se acreditavam que eles não iriam ocorrer:

A seguir estão listados alguns eventos que poderão, ou não, ocorrer nos próximos anos. Selecione as situações que acredita que de fato se concretizarão e as classifique, de acordo com o seu ponto de vista.

A primeira coluna do Quadro 6 apresenta o possível evento, a segunda coluna exibe o número de vezes que o evento foi considerado uma oportunidade, a terceira coluna indica quantas vezes foi entendido como uma ameaça, a quarta coluna deveria ser

marcada caso o pesquisado entendesse que o evento não iria ocorrer e a última foi destinada aos que não desejavam opinar sobre aquele acontecimento.

O Quadro 6 demonstra que, segundo os respondentes, a “Integração dos sistemas informatizados entre diversos órgãos” deve ser uma oportunidade para os próximos anos, esta opção foi assinalado por 90% dos respondentes, outras oportunidades identificadas foram: “Nova base de leitura de informações estabelecida pelo CNJ” e “Relacionamento entre o Poder Judiciário e os demais Poderes constituídos”, “Credibilidade do Poder Judiciário” e “Adesão às novas tecnologias”.

Em relação às ameaças, as mais escolhidas foram: a “Violência no Estado”, em primeiro lugar (220 vezes), seguido por “Variação na produção (PIB) do Brasil” (210 vezes), e “Variação no nível de atividade econômica do Estado de Alagoas”, em terceiro lugar (190 vezes),

Quadro 6 – Opinião sobre oportunidades e ameaças para o Poder Judiciário alagoano.

	Oportunidade	Ameaça	Acredito que não irá ocorrer	Prefiro não opinar
Isolamento Social.	100	108	72	32
Variação no valor do orçamento destinado ao Poder Judiciário de Alagoas.	32	157	68	55
Variação no nível de atividade econômica do Estado de Alagoas.	38	195	32	47
Variação da Produção (Produto Interno Bruto – PIB) do Brasil.	30	210	19	53
Adesão às novas tecnologias.	221	32	27	32
Variação no número de casos novos.	122	83	67	40
Violência no Estado de Alagoas	24	220	33	35

Credibilidade no Poder Judiciário	233	28	18	33
Relacionamento entre o Poder Judiciário e os demais Poderes constituídos, além de outros órgãos da Administração.	251	18	10	33
Custos dos insumos.	162	64	29	57
Integração dos sistemas informatizados entre diversos órgãos.	281	11	4	16
Nova base de leitura de informações(dados) estabelecida pelo CNJ.	251	19	9	33
Alterações da Constituição ou em outras leis importantes.	127	103	32	50
Recursos do Poder Executivo contra as decisões judiciais.	53	138	26	95

Seguindo a mesma linha da questão anterior, foi listado uma série de aspectos interno do Poder Judiciário alagoano para que fossem classificados como pontos fortes ou pontos fracos:

A seguir estão listados alguns aspectos do Poder Judiciário alagoano. Assinale aqueles que acredita serem os pontos fortes ou fracos, poderá ainda assinalar que acredita que não é nem um ponto forte ou nem um ponto fraco ou não opinar.

A primeira coluna do Quadro 7 exhibe o quesito, a segunda coluna expõe o número de vezes que ele foi selecionado como ponto forte, a terceira o quantitativo de vezes assinalado como ponto fraco, a quarta indica a marcação daqueles que não enxergavam a situação nem como ponto forte, nem como ponto fraco, e, a última destinada aos que não quisessem opinar.

De acordo com o Quadro 7, no que se refere aos pontos fortes, “Virtualização dos processos judiciais” teve destaque como o mais escolhido, assinalado 280 vezes, seguido por “Sistema Administrativo Integrado (SAI)” com 218 escolhas, “ Sistema de Automação da Justiça (SAJ)” com 211 marcações e “Conhecimento e dedicação dos servidores” com 210.

Com relação aos pontos fracos, o “Quantitativo de servidores no 1º grau de jurisdição” recebeu 178 votos, portanto o mais assinalado, seguido por “Segurança dos magistrados, servidores e estrutura físicas”, “Periodicidade de realização de concurso público (servidores)” e “Quantitativo de magistrados no 1º grau jurisdição”.

Quadro 7 – Opinião sobre os pontos fortes e pontos fracos do Poder Judiciário alagoano.

	Ponto Forte	Ponto Fraco	Não é ponto forte e nem ponto fraco	Prefiro não opinar
Capilaridade da rede de comarcas.	94	32	61	125
Banco de Boas Práticas.	152	32	49	79
Cursos de capacitação de magistrados e servidores.	201	39	51	21
Ferramentas tecnológicas.	202	38	50	22
Existência de fundo como fonte de financiamento para modernização do Poder.	205	11	25	71
Desenvolvimento de projetos que visem à melhoria dos serviços no Poder Judiciário.	183	39	48	42
Plano de Obras.	85	68	55	104
Planejamento estratégico.	204	20	46	42
Gestão Participativa.	171	38	49	54
Justiça Itinerante	206	9	46	51
Juízo Proativo	193	26	37	56
Justiça Efetiva.	200	13	32	67
Uso do cartão corporativo.	46	54	48	164
Site da transparência.	184	21	53	54

Periodicidade da realização de concurso público. (servidores)	93	141	47	31
Periodicidade da realização de concurso público. (magistrados)	106	74	79	53
Virtualização dos processos judiciais.	280	3	11	18
Métodos alternativos de solução de conflitos.	183	28	47	54
Meritocracia.	92	79	42	99
Programas de saúde e qualidade de vida.	124	103	51	34
Manutenção predial.	88	106	76	42
Quantitativo de servidores no 1º grau jurisdição.	57	178	41	36
Quantitativo de magistrados no 1º grau jurisdição.	60	135	58	59
Quantitativo de servidores no 2º grau jurisdição.	77	52	69	114
Quantitativo de magistrados no 2º grau jurisdição.	78	46	60	128
Conhecimento e dedicação dos magistrados.	167	21	60	64
Conhecimento e dedicação dos servidores.	210	33	45	24
Rotatividade de colaboradores.	56	89	72	95
Infraestrutura das unidades judiciárias.	98	113	66	35
Infraestrutura das unidades administrativas.	95	91	71	55

Padronização de procedimentos das unidades judiciárias.	143	74	49	46
Padronização de procedimentos das unidades administrativas.	147	56	52	57
Gestão de pessoas.	149	51	68	44
Gestão de contratos.	103	15	57	137
Plano de cargos.	149	69	45	49
Sistema de Automação da Justiça (SAJ)	211	33	41	27
Sistema Administrativo Integrado (SAI)	218	24	39	31
Remuneração dos magistrados.	140	12	50	110
Remuneração dos servidores.	122	102	53	35
Convívio entre os magistrados e servidores.	151	44	78	39
Comunicação entre o Poder Judiciário e os jurisdicionados.	178	50	54	30
Tempo de tramitação de processos nos Juizados Especiais.	93	68	50	101
Tempo de tramitação de processos nas turmas recursais.	67	64	44	137
Tempo de tramitação de processos nas unidades judiciárias (Varas) no 1º grau.	67	130	66	49
Tempo de tramitação de processos no 2º grau.	64	79	60	109
Tempo de tramitação dos processos administrativos.	143	46	59	64

Secretaria de Processamento Unificado (SPU).	164	16	35	97
Continuidade de atividades e projetos na mudança da gestão.	135	53	49	75
Serviços de transportes.	52	70	77	113
Comprometimento dos gestores com os objetivos definidos para o longo prazo.	155	36	53	68
Acessibilidade.	152	67	59	34
Justiça Restaurativa.	128	18	51	115
Segurança dos magistrados, servidores e estruturas físicas.	77	150	55	30
Sistema de Precedentes Obrigatório.	114	26	49	123
Impulso às execuções fiscais.	91	43	63	115
Justiça Criminal	106	40	70	96
Combate à corrupção e improbidade administrativa.	158	40	43	71
Gestão das demandas dos grandes litigantes.	71	48	62	131

Em seguida o questionário deu liberdade para que os pesquisados apresentassem opiniões e sugestões sobre as oportunidades, ameaças, pontos fortes e pontos fracos do Poder Judiciário de Alagoas.

Oportunidades:

Caso deseje, relate abaixo outras oportunidades (ambiente externo) que acredita que o Poder Judiciário alagoano poderá aproveitar.

Ameaças:

Caso deseje, relate abaixo outras ameaças (ambiente externo) que acredita que o Poder Judiciário alagoano poderá enfrentar.

Pontos fortes:

Caso deseje, relate outros pontos fortes (ambiente interno) do Poder Judiciário de Alagoas.

Pontos fracos:

Caso deseje, relate outros pontos fracos (ambiente interno) do Poder Judiciário de Alagoas.

Outras contribuições:

Gostaria de deixar alguma outra colaboração sobre o Plano Estratégico 2021 - 2026?

Por fim, foi possibilitado aos interessados deixarem seus contatos para tratar pessoalmente de questões relacionadas ao planejamento estratégico com os servidores da Assessoria de Planejamento e Modernização do Poder Judiciário – APMP.

Caso deseje agendar uma conversa (telefone, vídeo conferência, etc.) com a Assessoria de Planejamento e Modernização do Poder Judiciário - APMP, deixe seus contatos (telefone e e-mail) abaixo:

5 - CONSIDERAÇÕES FINAIS

Sobre os participantes, um ponto positivo foi o número de questionários respondidos, 312, apesar do breve intervalo no qual a pesquisa esteve disponível, apenas entre os dias 13 a 24 de julho de 2020. A pesquisa foi endereçada a magistrados e servidores, e como já era esperado, o maior percentual, mais de 90%, se identificaram como servidores. Porém, considerando-se o número total de cargos de magistrados ocupados no Poder Judiciário de Alagoas, entendeu-se que 26 respondentes foi um quantitativo bom para a amostra.

Em relação a missão, a visão, e os valores institucionais, observa-se que há grande aceitação da redação dos textos como eles já se encontram definidos atualmente no Plano Estratégico 2015-2020.

Em relação às oportunidades, ameaças, pontos fortes e pontos fracos, verifica-se quando oportunizado espaço para sugestões e manifestações que os respondentes nem sempre respeitaram os campos adequados, confundindo, por vezes, os conceitos de oportunidades e pontos fortes, e, também, ameaças e pontos fracos, e, várias vezes, utilizando os espaços para relatar críticas, nem sempre relacionadas ao que foi perguntado.

Das manifestações escritas se conseguiu identificar alguns pontos que se repetem. Provavelmente, o ponto mais abordado foi a preocupação com a continuidade do trabalho remoto, que parece ter sido bem aceito pelos participantes da pesquisa.

Também, já identificada como cenário desejado, a valorização profissional foi um outro assunto bastante recorrente, ainda, relacionados a este tema, surgiram críticas ao plano de cargos, remuneração dos servidores do concurso mais recente, em especial, dos técnicos judiciários, a necessidade motivação, e o alto percentual de cargos comissionados ocupados por servidores não pertencentes ao quadro efetivo do Poder Judiciário de Alagoas.

Apesar dos cursos de capacitação terem recebido um alto quantitativo de marcações como ponto forte, percebe-se que, talvez, os respondentes gostariam de uma maior variedade de opções e principalmente treinamento quando da implantação de novas plataformas ou ferramentas tecnológicas.

Ainda foi relatado a preocupação com a segurança das unidades, magistrados e servidores, bem como a necessidade de melhoria da infraestrutura física dos imóveis, do mobiliário, e de programas de manutenção predial.

Além disso, foram sugeridas, algumas vezes, a interiorização de serviços, como, por exemplo, a criação de Secretaria de Processamento Unificado em Arapiraca, para possibilitar melhores condições para os que residem no interior do Estado de Alagoas, e como forma de incentivar a permanência de servidores em cidades mais afastadas da capital.